

BENTO XVI – UM NOME E UM PAPA DA EUROPA  
PARA O MUNDO

*António Manuel R. Rebelo\**

*Annuntio vobis gaudium magnum;  
Habemus Papam:  
Eminentissimum ac Reverendissimum Dominum  
Iosephum Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem Ratzinger,  
qui sibi nomen imposuit Benedictum XVI*

O mês de Abril de 2005 ficou dominado por dois acontecimentos que marcaram a vida da Igreja Católica. O primeiro foi a passagem para a glória celeste do Santo Padre, Papa João Paulo II. Precisamente uma semana depois de celebrar a paixão, morte e ressurreição do Senhor, experimentava ele próprio o culminar da sua longa paixão, a partir de sexta-feira, dia 1 de Abril, numa agonia espiritualmente calma, serena e lúcida, e em sintonia com milhões de fiéis em todo o mundo, que acompanhavam o seu pastor nessa hora derradeira. A sua peregrinação terrena terminou no sábado – o primeiro sábado do mês –, vigília do domingo da Divina Misericórdia, festa instituída pelo próprio João Paulo II... Bastas coincidências, interpretáveis como indícios da vontade divina na evolução dos acontecimentos<sup>1</sup>.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Já que estamos em registo de coincidências, não resistimos a lembrar que as meditações da última *Via Crucis* no Coliseu de Roma foram confiadas ao Cardeal Ratzinger e que o mote dessas reflexões foi uma citação do Evangelho de S. João, i. e. a resposta de Jesus à pergunta de alguns gregos, depois da Sua entrada triunfal em Jerusalém: “Se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, permanece só; ao contrário, se morrer, dá muito fruto” (*Jo* 12, 24), uma justificação sacramental da Sua Paixão que bem quadra com o Ano da Eucaristia que estamos a viver. Mas, por outro lado, aplicando estas palavras à paixão de João Paulo II, não podemos deixar de pensar no fruto da herança que nos legou e como a sua morte se traduz numa fonte de renovação para a Igreja, na pessoa do seu antigo e fiel colaborador.

Depois da Festa da Ressurreição do Senhor, a mais importante do tempo litúrgico, celebrava-se a ressurreição para a vida eterna do fiel vigário de Cristo e era eleito o seu sucessor, o Cardeal Joseph Ratzinger, um homem também ele marcado pela época pascal: nascera no Sábado Santo de 1927 (a 16 de Abril) e fora baptizado logo no dia seguinte, no Domingo da Ressurreição do Senhor; também a sua entrada para o seminário ocorrera num Domingo de Páscoa (1936).

Aquando da sua eleição para Sumo Pontífice da Igreja Católica Romana, o Cardeal Joseph Ratzinger escolheu o nome de Bento, dando sequência a uma tradição já multissecular. Geralmente a escolha de um nome é uma forma de o novo chefe da Igreja transmitir as linhas mestras da sua acção pastoral, as tradições em que se integra ou o rumo que pretende imprimir ao seu Pontificado. Ao longo do primeiro milénio só quatro dos sucessores de S. Pedro optaram por outro nome em detrimento do de baptismo e fizeram-no para evitar conotações políticas ou pagãs do antropónimo original.

Com efeito, o primeiro Papa a escolher um nome diferente do de baptismo foi João II, que pontificou entre 533 e 535. Chamava-se Mercúrio, nome de uma divindade pagã. Numa época em que havia ainda reminiscências de culto pagão greco-latino na área correspondente ao antigo império romano, era um nome pouco adequado ao múnus do vigário de Cristo, já para não falar da preocupação de cristianização do Ocidente que, além da evangelização propriamente dita, tentava suplantar ou, pelo menos, fazer esquecer deuses, ritos e demais costumes pagãos.

Também Octaviano (955-964) achou que o seu nome de baptismo estava demasiado associado ao do imperador pagão Augusto Octaviano e passou a ser João XII.

Já Pietro Canepanova (983-984) declinou o nome de baptismo por se achar indigno do antropónimo do Príncipe dos Apóstolos e passou para a História com o nome de João XIV. Curiosamente, em toda a História da Igreja só houve um Pontífice com o nome de Pedro: o primeiro.

Em alguns casos, a opção por outro nome foi uma forma de os Papas se distanciarem de apelidos mais embaraçosos, aos quais o primeiro nome estava associado. Assim, por exemplo, em 1009, Pietro Boccadiporco (sim, o sentido é mesmo esse!) ter-se-á sentido aliviado por poder mudar o nome para Papa Sérgio IV. Gherardo da Caccianemici (“caça inimigos”), um nome demasiado belicoso para um Pontífice, passou a chamar-se, em 1144, Lúcio II.

Todavia, a alteração do nome não foi uma prática que se impôs de imediato. Muitos outros Pontífices continuaram a manter o nome de baptismo. Só em 1009, com a eleição de Sérgio IV, é que a escolha de um novo nome adquiriu definitivamente características consuetudinárias.

Com o Renascimento e a valorização da personalidade individual, alguns Pontífices conservaram o nome de baptismo: Adriano de Utreque (Adriano VI –

1522-1523), o famoso último Papa não italiano até João Paulo II, e Marcelo Cervini (Marcelo II – 1555), um Papa humilde e piedoso que, segundo alguns especialistas, quis conservar o seu nome de baptismo como prova de firmeza na reforma tridentina e para dar a entender que a nova dignidade em nada havia alterado o seu carácter humilde. Já Martinho V e Clemente XI optaram pelos nomes dos santos dos dias em que foram eleitos.

No último conclave, o Cardeal Joseph Ratzinger optou pelo nome de Bento. Logo a imprensa escrita e televisiva se entregou a especulações: Porquê Bento? Porque não João Paulo III, como toda a gente esperava? Divisar-se-ia aqui alguma quebra com os últimos pontificados? Adivinhar-se ia um retrocesso aos tempos anteriores ao Vaticano II?

Ao optar, pela primeira vez na História da Igreja, por um nome duplo, Albino Luciani quis manifestar a prossecução desse grande projecto que foi e é o Concílio Vaticano II, iniciado por João XXIII e dirigido por Paulo VI. Os desígnios de Deus são insondáveis, mas com a morte prematura de João Paulo I quem sabe se a Providência Divina não terá querido indicar o caminho a seguir ao sucessor do “Papa do sorriso”. Efectivamente, depois da sua eleição, Karol Wojtyła assim explicou aos seus pares as razões do nome escolhido: “João, como João XXIII, Paulo, como Paulo VI, João Paulo II, como João Paulo I”. A herança destes três Pontífices consistia na riqueza do Concílio Vaticano II, associada ao espírito aberto, ecuménico de João XXIII, à firmeza doutrinária e intensa acção pastoral do intelectual Paulo VI – tendo, aliás, como modelo o grande apóstolo *ad gentes* –, à simpatia cativante de um João Paulo I que cedo conquistara o coração das pessoas, e associado ainda ao carisma de todos estes Papas, carisma que, aliás, João Paulo II soube imprimir nos diversos âmbitos da sua acção pastoral.

Também se dizia em 1978 que a morte de um Papa com uma saúde tão frágil, como era João Paulo I, seria um indício para os cardeais optarem por um Papa mais jovem e com uma saúde mais robusta. Desconhecemos se esse factor terá sido tomado em consideração nesse conclave. Mas nem a saúde de ferro de um Papa que foi seguramente o mais desportista em toda a História da Igreja preservou João Paulo II de um calvário com tantos e tão intensos sofrimentos, tais foram os problemas de saúde que se avolumaram na sequência do atentado de que foi alvo logo no terceiro ano do seu pontificado. Insondáveis são, pois, os desígnios do Senhor, muito além da compreensão humana...

Em qualquer dos casos, nem a doença, nem a idade avançada pesaram na escolha de Bento XVI. Mas regressemos à questão do nome do novo Pontífice.

O teólogo de Münster Horst Herrmann afirmava na revista *Spiegel Online* ter ficado totalmente surpreendido com a escolha do nome. Esperava ele, como tantos outros que o Cardeal Ratzinger optasse pelo nome de João Paulo III, para afirmar e confirmar a continuidade da obra do seu protector e amigo. Porém, entre muitos observadores era forte a opinião de que o próximo Papa

não se chamaria João Paulo III. E, se pensarmos bem, esta era, de facto, a melhor solução. O excelente pontificado de João Paulo II, que o Cardeal Ângelo Sodano apelidou de “Magno” imediatamente após a morte do Sumo Pontífice, e o prestígio por ele granjeado em todos os cantos do mundo, como documenta a forte participação de representantes de várias confissões religiosas e dos mais diversos países e organizações internacionais nas suas exéquias, constituíam uma herança demasiado pesada que acompanharia permanentemente o seu sucessor como uma sombra. As comparações seriam inevitavelmente incómodas e porventura perturbadoras da acção pastoral do novo Pontífice.

Na verdade, Bento XVI não precisava de recorrer pela terceira vez ao duplo nome de João Paulo para se identificar com as orientações de João Paulo II, ele que havia sido o seu braço direito em questões teológicas e de fé ao longo de 26 anos, um leal colaborador, junto de quem o Papa procurava conselho e com quem discutia os assuntos mais importantes. Se havia plena sintonia doutrinária entre estes dois grandes homens da Igreja, já o carácter e a personalidade de um eram bem diversos dos do outro, para não dizer opostos: João Paulo II era um homem extrovertido, mediático, espontâneo e natural na sua maneira de estar e de agir; já Bento XVI é mais reservado, mais comedido na exteriorização dos seus sentimentos e da sua espontaneidade, mais discreto, tímido, simples e humilde. Porém, esta sobriedade não é sinónima de frieza, pois dizem os que com ele privaram, e. g. o Cardeal D. José Saraiva Martins, que Bento XVI é uma pessoa cortês, sorridente e afável: “Como pessoa é muito amável, simples e cordial. Um interlocutor magnífico com quem se pode falar amavelmente”<sup>2</sup>. Mesmo a nível intelectual notavam-se algumas diferenças no que respeita à metodologia: enquanto Cardeal, Bento XVI era apologista de uma produção de textos doutrinários menos abundante, mas mais incisiva; textos que fossem directamente ao fulcro da questão e se tornassem referências para a época contemporânea, a fim de aumentar a sua eficácia, sem que dispersassem a atenção dos fiéis. Idêntica atitude deverá preconizar para as celebrações litúrgicas: é o que deixa antever o desagrado expresso pelo então Cardeal Ratzinger sobre a profusão de eventos e de celebrações por ocasião do Jubileu do ano 2000. Como dizia Giovanni Ferrò, num artigo que assinou na revista *Jesus* de Maio de 2005, o novo Papa não se distinguirá do anterior pela mudança de orientação, mas antes por uma menor intervenção ou exposição pública: “no contexto actual do fluxo mediático contínuo, que inunda as casas do planeta global, dosear as intervenções e a presença significa subtrair-se a si e à mensagem de que se é portador ao desgaste, à inflação e ao perigo de *overdose*”.

Bento XVI também não via necessidade em optar pelo nome de João Paulo para mostrar que se identificava com os Pontífices e, por conseguinte, com os textos do Concílio Vaticano II, tendo ele próprio sido um padre conciliar (activo).

Tão-pouco terá sido, como alguns, poucos, fizeram crer, por um impulso de vaidade pessoal, em busca de protagonismo, i.e. fazendo questão de deixar uma marca pessoal, que ele quebrou a sequência de Pontífices com o nome de João Paulo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Políticos houve que, obnubilados pela fútil e fátua vaidade, decorrente do exercício da vã glória de mandar – tal é o hábito de fazerem alarde pelos quatro cantos do mundo dos seus feitos, por mais ínfimos e insignificantes, que projectam nas intenções dos outros as pomposas ufânias em cuja tentação eles próprios não resistem a cair –, viram nos sorrisos e nos gestos do Santo Padre, quando se apresentou pela primeira vez aos fiéis que se encontravam na S. Pedro, um “prazer vitorioso” típico dos políticos que acabaram de ganhar umas eleições. Não estavam atentos, pois teriam ouvido o Papa Bento XVI considerar-se “um simples trabalhador na vinha do Senhor”.

Nem esse gesto se poderia entender de outro modo, se tivermos em consideração o que ele mais tarde disse sobre o que lhe ia no íntimo. O Santo Padre revelou, na primeira audiência concedida aos peregrinos alemães, que durante o conclave havia pedido a Deus que o livrasse de ser o eleito. “Não me façam isso!” – suplicava ele aos céus, certamente à medida que as votações se iam tornando mais clarificadoras. E, enfim, no preciso momento em que a decisão final caiu, revelou Bento XVI, “Das Fallbeil fiel auf mich herab und mir wurde ganz schwindelig zumute” (“a guilhotina caiu sobre mim e fiquei completamente atordoado”).

Não compreendem os (ou alguns) políticos que, no conclave, em rigor, nenhum dos cardeais deseja realmente ser eleito. A nenhum deles o move a mesma ânsia da classe política, nem eles se deixam dominar por esse tipo de atitudes, pois não se trata da eleição do chefe do Estado do Vaticano, mas sim do sucessor de S. Pedro, que, por força das circunstâncias históricas, é também chefe de estado. Portanto, o conclave não é nenhuma eleição para a Presidência do Vaticano. O múnus de Sumo Pontífice é talvez o mais exigente na vida de um cristão, pois quanto maior for a responsabilidade, mais contas terá esse cristão de prestar a Deus, à Igreja e à História. E é por isso que, excluindo épocas antigas de promiscuidade entre o poder temporal e o poder secular, ninguém deseja tal cargo. Elucidativas são as palavras de alguns cardeais, satisfeitos e sobretudo aliviados por a escolha que saiu do Conclave não ter recaído sobre eles. Por exemplo, depois de o resultado da eleição ter sido dado a conhecer, enquanto os cardeais festejavam o acontecimento na Domus de Santa Marta, o Cardeal Lehmann, de Mainz, suspirava com indistigável alívio: “Que peso nos saiu de cima dos ombros!”.

No dia 20 de Abril, no final da concelebração eucarística com os cardeais na Capela Sistina, o novo Papa exprimiu o que lhe ia na alma, perante o esmagador peso da responsabilidade:

[...] eu, Sucessor de Pedro, repito as palavras trepidantes do pescador da Galileia e ouço novamente com íntima emoção a promessa tranquilizante do divino Mestre. Se é enorme o peso da responsabilidade que recai sobre os meus pobres ombros, é certamente desmedido o poder divino sobre o qual posso contar: “*Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja*” (Mt 16, 18).

Na missa solene de 24 de Abril, em que foi oficialmente investido como vigário de Cristo na Terra, o Papa partilhou connosco as suas dúvidas perante a ingente tarefa que o aguardava:

Retomemos a questão: porquê, então, Bento?

Os jornalistas e comentadores cedo procuraram analogias com o último Pontífice com o mesmo nome: Bento XV (1914-1922), Giacomo della Chiesa, eleito aos 60 anos de idade, o Papa da primeira Grande Guerra, que pontificou numa época difícil, em que a Itália participava no conflito mundial e o Vaticano ainda não havia sido reconhecido como Estado independente. Coube-lhe a difícil tarefa de manter a neutralidade do Vaticano e de conduzir os destinos da Igreja pelas cruentas águas da Guerra de 1914-18. Ardente defensor da paz, foi numa encíclica sua e, de modo mais geral, na sua doutrina que o Presidente Woodrow Wilson se baseou para constituir a Sociedade das Nações, novo *forum* promotor de uma nova ordem internacional através do diálogo entre as nações. Por isso, Bento XV passou para a História como o Papa da Paz.

Curiosamente, ainda antes do Conclave (!), alguns vaticanistas, baseados no lema “De gloria olivae” (‘Da glória da oliveira’) que a chamada profecia de S. Malaquias reservava a este Papa, prediziam que o próximo Pontífice se chamaria Bento XVI, associando-o certamente a Bento XV, o Papa da Paz!<sup>4</sup>

---

E agora, neste momento, eu, frágil servo de Deus, devo assumir esta tarefa inaudita, que realmente supera qualquer capacidade humana. Como posso fazer isto? Como serei capaz de o fazer?

Portanto, se o Pontífice eleito aceita o encargo, fá-lo porque (se) presume ser essa a vontade de Deus. Quando o Vice-decano, o Cardeal Angelo Sodano, dirigiu ao Cardeal Joseph Ratzinger a pergunta que o próprio Cardeal Ratzinger gostaria de ser ele a fazer – “Acceptasne electionem de te canonice factam in Summum Pontificem?” (Aceitas a tua eleição canónica para Sumo Pontífice?) –, este respondeu: “Em obediência ao Espírito Santo, aceito”.

Por tudo quanto foi dito, podemos concluir que os agradecimentos de Bento XVI na varanda da Basílica de S. Pedro devem ser enquadrados nesta perspectiva. Na verdade, já se perdeu o valor do gesto de se juntarem as palmas das mãos em concha, acompanhando esse acto de movimentos contínuos entre o peito de quem manifesta o gesto e a sua audiência. Contrariamente ao que alguns (políticos) pensaram e exprimiram por escrito, Bento XVI não pretendeu ouvir populares vivas à sua pessoa. Longe de uma atitude triunfalista, esse gesto significava tão-somente algo como: “Muito obrigado: tenho-vos a todos aqui no meu coração!”.

<sup>4</sup> Com efeito, na sua edição de Domingo 17 de Abril de 2005 (o dia anterior ao início do Conclave!) o jornal diário *El Ciudadano*, num artigo assinado por Rubén Alejandro Fraga, dizia o seguinte a propósito da expressão “De gloria olivae”:

El olivo es el símbolo de Jerusalén, lo que hace pensar que el próximo Papa podría provenir de esa ciudad santa. Dicha interpretación ilusoria a los seguidores del cardenal italiano Carlo Maria Martini, quien reside en Jerusalén desde 2002.

Pero al menos una docena de los 115 cardenales que participarán en el cónclave tienen alguna asociación con el olivo.

Unos, los españoles, por ser su país de origen un gran productor de aceitunas. Entre ellos, el arzobispo de Sevilla, Carlos Amigo Vallejo, surge como favorito.

Otros, como el arzobispo de Florencia, Silvano Piovaneli, pues su familia siempre vivió del cultivo de las aceitunas.

Una interpretación más elaborada es que el nuevo líder de la Iglesia Católica tendrá antepasados judíos como sucede con el purpurado francés Jean Marie Lustiger. Se dice que el judaísmo

Bento XV também foi um reformador da Igreja ao publicar um novo Código de Direito Canónico, adaptado aos tempos modernos. Manteve-se em vigor até 1983 e só foi alterado por João Paulo II, para o adequar ao Concílio Vaticano II.

Mas Bento XV evidenciou-se ainda pelos esforços em impulsionar a Missão, que, por força da Guerra Mundial, havia sofrido retrocessos significativos. Tencionaria Bento XVI alargar a Nova Evangelização para lá das fronteiras da velha Europa ou regressar, de um modo geral, ao espírito evangelizador dos primeiros séculos do Cristianismo?

Havia, porém, na escolha do nome um outro aspecto que os jornalistas descuravam, mas que o Cardeal Patriarca de Lisboa logo fez questão de evidenciar numa mensagem por ocasião da eleição de Bento XVI, difundida pela Agência Ecclesia no dia 22 de Abril de 2005: o nome de S. Bento. D. José Policarpo defendia o Papa de alguns críticos que o avaliavam como pastor universal a partir da imagem do Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. O Patriarca de Lisboa sublinhou que a capacidade de Bento XVI surpreender se revelava logo no nome que escolheu: Bento, padroeiro da Europa – nome que por si só “significa um projecto para a Igreja”. Relembremos a parte essencial dessa mensagem:

A sua capacidade de nos surpreender, revelou-se logo no nome que escolheu: Bento. No dia da morte de João Paulo II tinha estado em Subiaco, santuário de S. Bento, padroeiro e grande evangelizador da Europa. Na grande crise de civilização que se seguiu à queda do Império Romano, a Igreja mostrou que, em termos de evangelização da Europa, é sempre possível começar de novo, porque Jesus Cristo encerra uma esperança que acaba por traçar o sentido último da vida e da civilização. E a vontade de desenvolver a dimensão missionária da Igreja é um traço histórico do pontificado de Bento XV, no início do século XX, que inspirou a escolha deste nome.

O desafio da Evangelização! É, certamente, o contributo decisivo da Igreja para o futuro da história da humanidade. Na sua primeira homilia, no dia a seguir à sua eleição, o novo Papa traçou decididamente o caminho a percorrer, nestes novos tempos de missão: aprofundamento do Concílio Vaticano II; unidade dos cristãos, caminho a percorrer porventura com “gestos concretos que penetrem nos espíritos e movam as consciências”; diálogo inter-religioso e intercultural; colaboração com quantos conduzem os destinos do mundo, na busca da paz e da

---

era identificado con el olivo y Lustiger contribuiría a acercar a esas dos religiones monoteístas.  
**Incluso, algunos vaticanistas adelantan que tomará el nombre de Benedicto XVI.**

Pero el olivo también representa la paz, así que el elegido bien podría ser un cardenal ligado al diálogo con otras religiones como el nigeriano Francis Arinze. Y también es un elemento presente en los escudos de algunos de los purpurados como los italianos Dionigi Tettamanzi y Ennio Antonelli, quien nació en 1936 en una zona de cultivo olivar y cuya cruz episcopal tiene un sol y un olivo.

edificação de um mundo de rosto humano; predilecta atenção dedicada aos jovens; sempre fortalecido pela presença de Cristo vivo na Sua Igreja, que a conduz com a força do Espírito. Bento XVI deixa escancaradas todas as portas abertas por João Paulo II, dizendo ao mundo que a Igreja existe para bem da humanidade.

S. Bento, padroeiro da Europa e a inspiração nesse grande Papa que foi Bento XV, levaram o novo Pontífice a escolher um nome que significa um projecto de Igreja, servidora do homem e mestra da humanidade, porque sacramento de Jesus Cristo.

Na mesma altura, o Cardeal D. José Saraiva Martins salientava a vertente missionária, designadamente a Nova Evangelização da Europa:

Bento XVI lutará pela ideia que estava tão no coração de João Paulo II: uma Europa que precisa de ser reevangelizada, que não esqueça as suas raízes. Isso é fundamental para a Igreja universal, não só da Europa.

D. António Celso de Queirós, vice-presidente da Conferência Episcopal Brasileira, sublinhava esta mesma intenção: “[O Papa] quer promover a recristianização da Europa; isso está evidente na escolha do nome Bento XVI”.

No dia da morte de João Paulo II, o Cardeal Ratzinger esteve efectivamente em Subiaco, onde recebeu o “Prémio São Bento”, promovido pela “Fundação Vida e Família”. Nessa ocasião proferiu um discurso que merece ser recordado e interpretado *a posteriori*, para melhor compreendermos a escolha do seu nome pontifício:

Precisamos de homens como Bento de Núrcia, que num tempo de dissipação e de decadência, se deixou imergir na solidão mais extrema, conseguindo, depois de todas as purificações que teve que sofrer, alcançar a luz. Voltou e fundou Montecassino, a cidade sobre o monte que, com tantas ruínas, reuniu as forças com as quais se formou um mundo novo. Assim Bento, como Abraão, tornou-se pai de muitos povos.

Aí se revela toda a actualidade e propriedade na opção pelo nome de Bento. Mas a riqueza deste nome é demasiado vasta para se esgotar nesta simples interpretação. É muito mais o que aí está em causa.

Na primeira audiência geral do seu Pontificado, perante mais de 15 mil fiéis, o Papa Bento XVI, ao explicar a escolha do seu nome, aproveitou a oportunidade para sublinhar a importância dos fundamentos cristãos enquanto matrizes axiomáticas na formação da ideia de Europa. Mas não quis primeiro deixar de recordar a figura do seu antecessor homónimo:

Quis chamar-me Bento XVI para me unir idealmente com o venerado Pontífice Bento XV, que guiou a Igreja em um período difícil por causa do



primeiro conflito mundial. Foi um autêntico profeta da paz e trabalhou com grande valentia para evitar o drama da guerra e depois para limitar suas nefastas consequências. Na sua esteira, desejo colocar o meu ministério ao serviço da reconciliação e da harmonia entre os homens e os povos, com a profunda convicção de que o grande bem da paz é sobretudo um dom de Deus, dom frágil e precioso que há que invocar, tutelar e construir dia a dia.

Neste aspecto, Bento XVI mais não faz senão dar continuidade a uma das grandes prioridades que nortearam os pontificados posteriores a Bento XV. Este foi também um dos grandes objectivos de João Paulo II, primeiramente pela sua intervenção activa na queda do muro de Berlim e consequente unificação europeia (para não falarmos de muitas outras iniciativas relativamente a várias partes do globo – Médio Oriente, África, Iraque, etc.), e depois pelo seu legado doutrinário, registado por escrito não apenas nas mensagens do dia mundial da paz, mas em inúmeras mensagens e textos oficiais, de entre os quais salientamos aquele que se destinava particularmente aos europeus, a Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*:

A Europa, tal como a história no-la apresenta, viu, sobretudo no último século, consolidarem-se ideologias totalitárias e nacionalismos exacerbados que, obscurecendo a esperança dos homens e dos povos do continente, alimentaram conflitos quer no seio das nações quer entre nações, o que levou à enorme tragédia das duas guerras mundiais. E mesmo os conflitos étnicos mais recentes, que de novo ensanguentaram o continente europeu, fizeram ver a todos como é frágil a paz, quanta necessidade ela tem do empenho efectivo de todos e como só pode ser garantida abrindo novas perspectivas de intercâmbio, perdão e reconciliação entre as pessoas, os povos e as nações.

Sendo assim, a Europa, com todos os seus habitantes, deve empenhar-se incansavelmente na construção da paz dentro das suas fronteiras e no mundo inteiro<sup>5</sup>.

Por conseguinte, também neste aspecto Bento XVI dá prossecução à orientação de João Paulo II, elegendo como sua uma das prioridades mais queridas ao seu antecessor.

Se, por um lado, o nome adoptado remete para Bento XV, ele evoca também – recordou o Papa – “a extraordinária figura” de São Bento de Núrcia, “Patriarca do monaquismo ocidental”, padroeiro da Europa juntamente com os santos Cirilo e Metódio e as santas Brígida, Catarina de Sena e Edith Stein. A progressiva expansão da Ordem beneditina por ele fundada exerceu um influxo enorme na difusão do Cristianismo em todo o continente. Por isso, São Bento é extremamente venerado na Alemanha e, em particular, na Baviera,

---

<sup>5</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 112 (28.06.2003).

minha terra de origem; constitui um ponto fundamental de referência para a unidade da Europa e uma forte recordação das irrenunciáveis raízes cristãs de sua cultura e de sua civilização.”

Ora, é aqui que reside o âmago deste artigo. Daí que a relação entre Bento XVI, S. Bento e a Europa mereça um estudo mais profundo, para compreendermos melhor as razões da escolha do nome por parte do actual Pontífice.

Como é sabido, o famoso mosteiro de Montecassino, fundado por S. Bento em 529, foi, mais uma vez, destruído durante a Segunda Guerra Mundial. A 24 de Outubro de 1964, ao consagrar o novo mosteiro, então reconstituído segundo o plano antigo, o Papa Paulo VI proclamou S. Bento padroeiro de toda a Europa. Tal como o mosteiro, qual Fénix, renascida das cinzas, também a Europa, arrasada por duas guerras mundiais que propagaram as chamas do velho continente ao resto do mundo, se encontrava num processo acelerado de reconstrução. Todavia, o velho continente fora dilacerado pelo muro de Berlim, as tensões entre a NATO e o Pacto de Varsóvia cresciam, a guerra fria dominava a política internacional, a crise dos mísseis cubanos estava ainda bem presente. Paulo VI sabia que a paz no mundo passava essencialmente pela paz na Europa e sobretudo por um continente unido em liberdade. O Papa Paulo VI quis demonstrar a relevância de S. Bento para a Europa atribuindo-lhe mais um título honorífico – *patronus totius Europae* (padroeiro de toda a Europa) – aos cinco títulos que S. Bento já possuía: *pacis nuntius* (núncio da paz); *unitatis effector* (construtor da unidade); *civilis cultus magister* (mestre da cultura e da civilização); *religionis Christianae praeco* (anunciador da Fé Cristã); *monasticae vitae in occidente auctor* (fundador da vida monástica no Ocidente). Desde então, esta grande figura da cultura europeia passou a ser conhecida por todas essas designações.

*pacis nuntius* – Paulo VI começa o documento pelo tão desejado e tão importante dom da paz. Raramente S. Bento intervinha em assuntos políticos. O Papa Gregório Magno, que confiou à escrita a vida de S. Bento, relata-nos um único confronto com Totila, rei dos Godos. O santo abade proveitou a ocasião de o rei o querer visitar para defender os interesses das pessoas inocentes, que sofriam muito com as expedições bélicas, as devastações e as pilhagens, apelando à sua consciência. Aliás, os mosteiros beneditinos, em cujas portas se pode ler, na maioria dos casos, a palavra *pax*, são autênticos refúgios da *pax benedictina*<sup>6</sup>. Mesmo nos dias de hoje são lugares onde as pessoas procuram a paz com Deus, consigo próprios e com o ambiente em que estão inseridos.

---

<sup>6</sup> Cf. *Regula* 53,4. Na Segunda Guerra Mundial, o mosteiro de Montecassino foi bombardeado pelas forças britânicas sob a acusação de aquele acolher elementos armados das forças do Eixo. Ora, era bem sabido que os monges deixavam entrar qualquer soldado que os procurasse, geralmente para assistirem à missa, mas os monges obrigavam-nos a deixar as armas fora do mosteiro.

*unitatis effector* – a unidade na vida comunitária era um objectivo almejado pela Regra de S. Bento: todos os membros da comunidade, fossem eles oriundos da nobreza ou não, escravo ou homem livre, eram tratados da mesma forma<sup>7</sup>; S. Bento não tolerava qualquer discriminação. Por outro lado, a expansão da Ordem de S. Bento por todos os cantos da Europa concomitantemente à difusão da sua Regra, que serviu de modelo ao monaquismo ocidental, e graças ainda à crescente influência dos Beneditinos na orientação cultural e civilizacional da Europa, fez com que S. Bento se tornasse, ainda que involuntariamente, um dos primeiros arquitectos da unidade europeia.

*civilis cultus magister* – a Europa não é um mero conceito geográfico ou político; é acima de tudo uma cultura de herança greco-latina em amálgama com a tradição judaico-cristã. E nos mosteiros beneditinos é que esta cultura foi preservada, ensinada e cultivada. S. Bento acaba por ser determinante para a formação e transmissão da cultura ocidental. Embora o trabalho manual fosse necessário, S. Bento ensinou os seus monges a temperar o *labor* com a formação espiritual: tudo deve realizar-se na sua justa medida. S. Bento introduzia já na célebre Regra os princípios do valor e dignidade do trabalho, conceitos que se tornaram determinantes para a organização sócio-económica da Idade Média e foram retomados, ainda que de forma imperfeita e incompleta, por movimentos socialistas e comunistas: uma herança que os proletários do séc. XXI consideram, nos tempos modernos, conquistas inalienáveis. E com isto não nos estamos a referir exclusivamente à tripartição do dia em 8 horas de trabalho, 8 de descanso e 8 de lazer. Estamos, sim, a falar de valores basilares, fundamentais, que conferem unidade aos povos europeus e que vão muito além dos interesses estritamente económicos ou políticos.

*religionis Christianae praeco* – a expansão da Ordem de S. Bento e a fundação de novos mosteiros em zonas do Norte e Leste da Europa, que na época eram terras de missão, foram determinantes para a conversão de muitos povos europeus ao Cristianismo.

*monasticae vitae in occidente auctor* – S. Bento nunca teve pretensões de escrever uma regra monástica. Procurava antes constituir linhas orientadoras que regulassem a vida comunitária do seu mosteiro. Humildemente considerava que as suas normas estavam bem distantes das exigências das regras monásticas do Ocidente e do Oriente<sup>8</sup>. Todavia, a regra beneditina revela da parte do seu autor um profundo conhecimento da psicologia humana, uma grande experiência pedagógica, um profundo sentido de justiça e uma grande clarividência na prática da moderação. Foram estas qualidades, aliadas aos objectivos humildes e despretenciosos do seu autor, que estiveram na base do reconhecimento que o Ocidente lhe tributou.

<sup>7</sup> Cf. *Regula* 2,18-22.

<sup>8</sup> Cf. *Regula* 73.

*patronus totius Europae* – este é o novo título honorífico que o Papa Paulo VI introduz no seu documento. É, no fundo, uma síntese dos cinco títulos anteriores: a intervenção de S. Bento a favor da paz e da justiça, a sua profunda convicção na plena legitimidade e respeito pela dignidade de cada ser humano (independentemente da sua raça, condição social, naturalidade, ou formação), a sua arguta avaliação das qualidades e defeitos da condição humana, a sua moderação e espírito de tolerância, e o papel desempenhado pelos seus monges na vocação cristã da Europa contribuíram para a atribuição do título de patrono de toda a Europa ao fundador dos Beneditinos<sup>9</sup>.

A atribuição a S. Bento pelo Papa Paulo VI do título de *patrono de toda a Europa*, no contexto do pós-guerra e da guerra-fria, a que já fizemos alusão, é um apelo veemente à paz, baseado na esperança de que a Europa, que saíra de duas guerras fracturantes, trilhasse a via unificadora da paz e, a partir da experiência adquirida e com a autoridade da história democrática e a responsabilidade de continente de raízes cristãs, contribuísse para que o dom da paz se propagasse por todo o mundo.

Todavia, a figura de S. Bento está indissociavelmente ligada à herança cultural da Europa, às raízes cristãs do nosso continente, uma causa que o Cardeal Ratzinger abraçou desde muito cedo.

No início da década de 90, antes ainda de se pensar num Tratado Constitucional Europeu, afirmava-se o seguinte na declaração final do primeiro Sínodo especial para a Europa (de 14 de Dezembro de 1991):

A cultura europeia cresceu a partir de muitas raízes. Concorrem para este complexo quadro global o espírito da Grécia e de Roma, os contributos oriundos dos povos latinos, celtas, germânicos, eslavos e ugro-fínicos, a cultura hebraica e as influências islâmicas. Mas ninguém pode negar que a fé cristã é decisivamente parte integrante dos fundamentos permanentes e radicais da Europa. É neste sentido que falamos de “raízes cristãs da Europa”, mas não para sustentar uma coincidência entre Europa e Cristianismo<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Não é aqui o lugar para o fazer, mas seria interessante relacionar (ou explorar o relacionamento de) todos estes predicados beneditinos com os principais textos pontifícios posteriores ao Concílio Vaticano II (e mesmo até com alguns anteriores, como é o caso da encíclica *Rerum Novarum*). Aí, a interpretação da escolha do nome de Bento pelo actual Pontífice revelar-se-ia plenamente justificada.

<sup>10</sup> Esta I Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Europa realizou-se na sequência da queda do muro de Berlim. Foi nela que se sentiu a necessidade da famosa “nova evangelização” para a Europa, embora o Papa tivesse aplicado esta expressão pela primeira vez na comemoração do 500 anos de evangelização da América Latina.

O Papa João Paulo II retomaria estas ideias e dar-lhes-ia maior amplitude e profundidade na sua Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 19:

Múltiplas são as raízes que com a linfa dos seus ideais contribuíram para o reconhecimento do valor da pessoa e da sua dignidade inalienável, o reconhecimento do carácter sagrado da vida

Em 1999, a segunda Assembleia especial para a Europa do Sínodo dos Bispos reforçava as conclusões da primeira Assembleia e reafirmava a importância da fé cristã enquanto elemento fundamental da cultura europeia.

No entanto, logo desde a primeira Assembleia, muitos outros cristãos, dos prelados da mais alta hierarquia da Igreja aos leigos mais humildes, se têm multiplicado em entrevistas, conferências, artigos e livros para realçarem os fundamentos cristãos na formação da ideia de Europa.

Em 1992, na sequência da primeira Assembleia especial para a Europa do Sínodo dos Bispos, o Cardeal Joseph Ratzinger publicou o título “Svolta per l’Europa? Chiesa e modernità nell’Europa dei rivolgimenti” (“Momento de mudança para a Europa? Igreja e modernidade na Europa das transformações”); o Cardeal Paul Poupard, presidente do Conselho Pontifício para a Cultura, fez sair a lume a obra “A Identidade cultural da Europa” (1994).

Entretanto, a União Europeia nomeia uma comissão encabeçada por Giscard d’Estaing para elaborar um Tratado Constitucional Europeu. Nasce a polémica do preâmbulo, do qual são eliminadas as referências às raízes culturais greco-latinas e judaico-cristãs.

João Paulo II insiste em valorizar este assunto em mensagens, homilias, etc. E, em Junho de 2003, publica a Exortação Apostólica “*Ecclesia in Europa*”, um vigoroso apelo à conversão interior, dirigido pelo Santo Padre às igrejas europeias, onde o chefe da Igreja Católica não se coíbe de interpelar directamente os redactores do Tratado Constitucional Europeu:

**À luz daquilo que acabo de assinalar, desejo uma vez mais dirigir-me aos redactores do futuro tratado constitucional europeu, para que seja inserida nele uma referência ao património religioso, especialmente cristão, da Europa.<sup>11</sup>**

O Papa João Paulo II criticou, por diversas vezes, a atitude de censura histórico-cultural às raízes cristãs europeias. Ficou famosa a frase pronunciada pelo Santo Padre na Praça de S. Pedro quando saudou os peregrinos polacos

---

humana e do papel central da família, da importância da instrução e da liberdade de pensamento, de palavra, de religião, e contribuíram também para a tutela legal dos indivíduos e dos grupos, a promoção da solidariedade e do bem comum, o reconhecimento da dignidade do trabalho. Tais raízes favoreceram a subordinação do poder político à lei e ao respeito dos direitos da pessoa e dos povos. Importa recordar aqui o espírito da Grécia antiga e da romanidade, os contributos dos povos celtas, germânicos, eslavos, ugro-finlandeses, da cultura hebraica e do mundo islâmico. No entanto há que reconhecer que historicamente estas inspirações acharam, na tradição judaico-cristã, uma força capaz de as harmonizar, consolidar e promover. É um facto que não se pode ignorar; pelo contrário, é preciso reconhecer, no processo da construção da «casa comum europeia», que este edifício deve assentar também sobre valores que encontram na tradição cristã a sua plena epifania. Reconhecê-lo é vantajoso para todos.

<sup>11</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 114.

depois da oração do *Angelus*. Agradeceu à Polónia por ter defendido junto das instituições europeias “as raízes cristãs do continente europeu, a partir das quais cresceu a cultura e o progresso civil dos nossos tempos”, e criticou a ausência da menção aos fundamentos cristãos no Preâmbulo do Tratado Constitucional Europeu, rematando inesperadamente, de improviso, com uma exclamação forte e veemente: “Não se cortam as raízes donde nascemos!!”.

Na sua Exortação Apostólica “*Ecclesia in Europa*”, o Papa João Paulo II justifica quanto essa referência é axiomática, imperiosa ou, como actualmente se costuma dizer, “incontornável”. E baseia-se em sólidos argumentos históricos, filosóficos e culturais:

Não há dúvida de que, na complexa História europeia, o Cristianismo representa um elemento central e qualificador, consolidado sobre a base firme da herança clássica e das numerosas contribuições fornecidas pelos diversos fluxos étnico-culturais verificados ao longo dos séculos. A fé cristã plasmou a cultura do continente e entrelaçou-se inextricavelmente com a sua história, de tal forma que esta não seria compreensível se não se referisse aos acontecimentos que caracterizaram primeiro o grande período da evangelização e, depois, os longos séculos em que o Cristianismo, apesar da dolorosa divisão entre Oriente e Ocidente, se confirmou como religião dos próprios europeus. Mesmo no período moderno e contemporâneo em que a unidade religiosa se fragmentou ainda mais, tanto pelas novas divisões havidas entre os cristãos como pelos processos que levaram a cultura a separar-se do horizonte da fé, o papel desta última continuou a ser de grande relevo.

O *interesse que a Igreja nutre pela Europa* nasce da sua própria natureza e missão. Ao longo dos séculos, de facto, a Igreja manteve laços muito estreitos com o nosso continente, de tal modo que o rosto espiritual da Europa se foi formando graças aos esforços de grandes missionários, ao testemunho de santos e mártires e ao trabalho incansável de monges, religiosos e pastores. Da concepção bíblica do Homem, a Europa tirou o melhor da sua cultura humanista, recebeu inspiração para as suas criações intelectuais e artísticas, elaborou normas de direito e, não menos importante, promoveu a dignidade da pessoa, fonte de direitos inalienáveis. Deste modo a Igreja, enquanto depositária do Evangelho, concorreu para difundir e consolidar aqueles valores que tornaram universal a cultura europeia.

Consciente disso, a Igreja actual sente, com renovada responsabilidade, a urgência de não dissipar este precioso património mas ajudar a Europa a construir-se a si mesma revitalizando as raízes cristãs que lhe deram origem.<sup>12</sup>

João Paulo II alerta ainda para o ostracismo a que o secularismo votou a presença cristã na cultura europeia e para as manobras ostensivamente hostis de vários quadrantes da sociedade, muitos deles minoritários, contra a crença

religiosa. Alguns cristãos, seja por comodismo, por timidez ou pela própria insegurança resultante de uma discriminação camuflada (para não dizer perseguição aberta) das maiorias, vêem-se relegados, em certos casos, para uma situação muito próxima da clandestinidade. Desta forma, sobretudo rotulando os mais persistentes nas suas convicções religiosas de “fundamentalistas” e de “démodés”, procura-se fazer passar a ideia perversa de que o projecto de vida cristã é retrógrado, obsoleto, fora de moda, em vias de extinção, em suma: característico de uma “maioria minoritária”, minoritária, por um lado, pela inércia e falta de afirmação dos seus elementos, incluindo muitos dos que desempenham papéis de maior responsabilidade, e, por outro lado, pela cedência a uma apatia mais cómoda. Esta atitude de cedência acaba por ter reflexos na pragmática evangélica, descaracterizando a própria vivência religiosa. É esta situação que torna imprescindível a aposta numa “nova evangelização” da Europa. Vejamos o texto pontifício:

No continente europeu, certamente não faltam prestigiosos símbolos da presença cristã, mas, com a afirmação lenta e progressiva do secularismo, correm o risco de se reduzirem a meros vestígios do passado. Muitos já não conseguem integrar a mensagem evangélica na experiência diária; aumenta a dificuldade de viver a própria fé em Jesus num contexto social e cultural onde é continuamente desafiado e ameaçado o projecto de vida cristã; em vários sectores públicos, é mais fácil definir-se agnóstico do que crente; dá a impressão de que o normal é não crer, enquanto o acreditar teria necessidade de uma legitimação social não óbvia nem automática.<sup>13</sup>

Muitas foram as personalidades, clérigos e leigos, que secundaram o Papa João Paulo II nesta sensibilização para o reconhecimento da presença cristã na Europa. Nessa medida se justifica igualmente a intervenção dos *Estudos*, ao persistir em dedicar, desde os primeiros números desta nova série, um caderno ao “Cristianismo e a Europa”.

Entre os membros da hierarquia da Igreja que mais se empenharam nesta causa, contam-se eminentes personalidades como o Cardeal Paul Poupard, presidente do Conselho Pontifício para a Cultura, o Cardeal Christoph Schönborn, arcebispo de Viena e presidente da Conferência Episcopal Austríaca, D. Walter Kasper, bispo emérito de Rottenburg-Stuttgart e secretário do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e muitos outros que desenvolveram a sua acção no plano nacional dos respectivos países.

Só para termos uma ideia da importância que a hierarquia da Igreja atribui a esta questão, vejamos como o presidente do Conselho Pontifício para a Cultura se desdobra incansavelmente por toda a Europa na defesa desta causa.

---

<sup>13</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 7.

Coube ao Cardeal Paul Poupard proferir a alocução de abertura do congresso sobre “O Cristianismo, fundamento da civilização europeia”, realizado em Kiev entre 10 e 16 de Maio de 2000, enfatizando, assim, com a sua presença, a extrema importância que o tema representa para a Igreja Católica.

No âmbito da reflexão quaresmal de 2003, na catedral de Notre-Dame de Paris, o Cardeal Poupard deu seis conferências subordinadas ao tema “La Sainteté au défi de l’Histoire”, propondo-se evocar várias personalidades como João XXIII, Madre Teresa, Blondel... O primeiro retrato foi dedicado a Robert Schuman, que o cardeal Poupard situou na linha de todos os santos europeus. Aproveitou a ocasião para retomar a questão dos fundamentos cristãos da Europa<sup>14</sup>.

Nesse mesmo ano, o laureado com o “Prémio Schuman para a Europa” publicou o artigo “L’héritage chrétien de l’Europe”, no n.º 84 (Outubro de 2003) da revista *Géopolitique*.

De 14 a 21 de Novembro de 2004, o mesmo Cardeal deslocou-se a Moscovo, em representação do Papa João Paulo II. O motivo principal da viagem era a inauguração da “Biblioteca do Espírito”, uma iniciativa conjunta de católicos e ortodoxos. Mas o Cardeal Poupard aproveitou a deslocação para promover também as raízes cristãs da Europa.

Já no novo pontificado, a 23 de Maio de 2005, o Cardeal Paul Poupard deslocou-se à Roménia para participar num encontro entre as quatro faculdades

---

<sup>14</sup> Eis aqui alguns trechos da sua exposição:

“L’identité européenne est incompréhensible sans le christianisme. Les Européens constituent une communauté enracinée dans une tradition dans laquelle l’Evangile a une part non certes unique, mais déterminante. Leur identité culturelle y trouve son fondement et sa cohésion. L’empreinte du christianisme est telle que même les ruptures intervenues au cours des siècles se définissent par rapport au christianisme (...)

Pour le chrétien Robert Schuman, le christianisme a profondément marqué la culture de l’Europe et commande sa vision spécifique de l’homme et de l’Histoire en leur offrant des perspectives d’éternité. Les peuples qui redécouvrent les bienfaits de la liberté religieuse ne sont pas à l’abri des méfaits d’une sécularisation insidieuse... C’est toute l’Europe qui a besoin de sortir de l’oubli de Dieu pour retrouver le centre profond de son être millénaire”.

E concluía lançando a seguinte pergunta:

“Que devons-nous faire donner une âme à l’Europe? D’abord s’engager en politique, comme le pape Jean-Paul II y incite les Chrétiens depuis le début de son pontificat, pour répondre de manière constructive à “l’effacement des repères, la montée du scepticisme, la crise de l’éducation”. Mais à condition de s’engager à la manière de Robert Schuman: C’est à un regard sans œillères, un horizon sans frontières, un amour sans barrières qu’il nous convie. A l’exemple de Robert Schuman, sachons construire l’Europe comme il nous en a montré le chemin à la suite du Christ qui a éclairé sa vie, illuminé son existence et inspiré son action. L’Europe doit se faire une âme. C’est notre tâche à tous”



de teologia da Universidade de Babe-Bolyai (a católica romana, a católica grega, a ortodoxa e a protestante). A sua intervenção intitulava-se “Une Europe des peuples et des cultures: les racines chrétiennes”<sup>15</sup>.

No entanto, de todos estes prelados, quem mais se evidenciou na luta pelos ideais cristãos na Europa foi o Cardeal Ratzinger. O Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e braço direito de João Paulo II foi um autêntico apóstolo na defesa das raízes cristãs da Europa.

Além da sua acção justificada pelas conclusões da primeira Assembleia especial para a Europa do Sínodo dos Bispos, em 1991, intensificou a sua intervenção na sequência da segunda Assembleia sinodal de 1999, mas sobretudo a partir do momento em que a comissão de Giscard d’Estaing entrou em hesitações, contradições e acabou por dar o dito por não dito.

Em 2001, por exemplo, o Cardeal Joseph Ratzinger abordou a questão num discurso proferido no seminário Ambrosetti di Cernobbio.

Em Março de 2001, veio a Portugal participar nas Jornadas de Teologia do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, a convite do então Director Adjunto da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, P.<sup>o</sup> António Marto. A conferência intitulava-se “Europa: os seus fundamentos espirituais, ontem, hoje e amanhã”.

Porém, o evento com maior projecção mediática foi, sem dúvida, uma *lectio magistralis* sobre as “Raízes Espirituais da Europa”, que teve lugar no dia 13 de Maio de 2004, em Roma, na Biblioteca do Senado italiano, a convite de Marcello Pera, presidente do mesmo Senado. No dia seguinte, foi a vez do próprio Marcello Pera intervir na Pontifícia Universidade Lateranense, por ocasião do 150.<sup>o</sup> aniversário da fundação da Faculdade de Direito Civil de Roma, sobre “O relativismo, o Cristianismo e o Ocidente – Por uma jihad judaico-cristã”. As duas conferências foram reunidas e publicadas pela editora Mondadori com o título *Senza Radici, Europa, Relativismo, Cristianesimo, Islam* (“Sem Raízes, Europa, Relativismo, Cristianismo, Islão”)<sup>16</sup>.

Em 2004, o Cardeal Ratzinger publicou nas edições San Paolo a obra intitulada *Europa. I suoi fondamenti oggi e domani*<sup>17</sup>. Trata-se, fundamentalmente, da continuação da primeira publicação sobre o mesmo argumento, a que

---

<sup>15</sup> Da sua alocução, salientamos o seguinte parágrafo:

“L’Europe née de la volonté d’hommes de foi et de culture – Robert Schuman, Alcide de Gasperi et Konrad Adenauer – est l’unique modèle d’un ensemble géographique et humain qui puisse répondre aux exigences de la paix et de la liberté pour notre continent. Car l’Europe est avant tout un concept culturel, riche de deux millénaires d’histoire chrétienne”.

<sup>16</sup> Na segunda parte deste pequeno volume de 134 páginas foram ainda publicadas duas cartas que Pera e Ratzinger trocaram comentando os temas tratados.

<sup>17</sup> Publicado recentemente entre nós, pela congénere editora Paulus, em tradução portuguesa: “Europa. Os seus fundamentos hoje e amanhã” (2005).

já fizemos referência: *Svolta per l'Europa? Chiesa e modernità nell'Europa dei rivolgimenti*.

Mediática foi igualmente a entrevista concedida pelo Cardeal Ratzinger ao jornal francês *Le Figaro*, em 13 de Agosto de 2004, por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Lurdes (dias 14 e 15). Sem rodeios, o Cardeal alemão fala da tentativa de uma boa parte da moderna cultura europeia relegar o Cristianismo, em particular, e a religião, em geral, para o “ghetto” da subjectividade. Instado a comentar a ausência de qualquer menção no preâmbulo do Tratado Constitucional Europeu às raízes cristãs da Europa, o Cardeal Ratzinger reafirma o que já por diversas vezes havia dito:

A Europa é um continente cultural e não geográfico. É a sua cultura que lhe confere uma identidade comum. As raízes que formaram e permitiram a formação deste continente são as do Cristianismo. Trata-se de um facto histórico.

E acrescenta pouco depois:

Se me diz que se trata de um tempo longínquo, respondo-lhe que o renascimento da Europa depois da Segunda Guerra Mundial se tornou possível graças a homens políticos que possuíam fortes raízes cristãs, quer se trate de pessoas como Schuman, Adenauer, De Gaulle, De Gasperi ou outros. Foram eles que se viram perante as destruições provocadas pelos totalitarismos ateus e anticristãos. Calar esta realidade é algo muito estranho e perigoso. É necessário prosseguir com o debate sobre esta questão, pois receio que por detrás desta oposição se esconda um ódio que a Europa tem contra si própria e contra a sua grande História.

A última intervenção do Cardeal Ratzinger sobre este tema teve lugar na véspera da morte de João Paulo II, a 1 de Abril de 2005. O ainda Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé proferiu uma conferência no Mosteiro de Santa Escolástica, em Subiaco, sobre o tema “L'Europa nella crisi delle culture” (“A Europa na crise das culturas”), criticando a forma como a cultura iluminístico-racionalista impunha na Europa um dogmatismo cada vez mais hostil à liberdade religiosa.

Podemos, pois, concluir que, com a escolha do seu nome, Bento XVI quer alertar os europeus cristãos para os perigos actuais tomando como patrono do seu pontificado uma das maiores referências cristãs para a construção de uma Europa multissecular, que está em vias de perder a sua identidade.

Podemos ainda perguntar: se lhe tivesse sido permitido, teria o cidadão polaco Karol Wojtyla votado a favor de um tratado constitucional europeu (de inspiração marcada e comprovadamente maçónica) que se envergonha das suas raízes cristãs? Como agiria o cidadão germânico Joseph Ratzinger na mesma situação?

Sem querermos entrar em terrenos especulativos, limitamo-nos a lembrar que o teor das intervenções do Pontífice polaco e do cardeal alemão falam por

si. Todavia, não resistimos à ousadia de afirmar que todo o cristão, em consciência, e se quiser ser coerente com os seus princípios, rejeitá-lo-á pelos motivos implícitos nas críticas expressas pelos diversos membros da mais alta hierarquia da Igreja católica. E rejeitá-lo-á por muitas vantagens que ele possa trazer para a Europa ou por muito que tal acto afecte a imagem pró-europeísta que nós, Portugueses, queremos que os outros europeus tenham de nós.

É que os princípios cristãos permanecem inegociáveis e sobrepõem-se a todos os outros. E isto, para o crente, em nada se confunde com o dito “fundamentalismo”. O antónimo desta atitude de firmeza é a incoerência ou hipocrisia. Por isso, os princípios cristãos nunca entram em modas, tão-pouco podem servir de moeda de troca em operações de charme ou de cosmética, sem outro objectivo que não sejam europeísmos interesseiros, hipócritas. Do mesmo modo, não podem os fundamentos evangélicos ser rotulados de factores obsoletos ou de forças de bloqueio a movimentos de pretensa vanguarda europeia, em marcha para um conceito vago, confuso e indefinido de modernismo civilizacional, que avança para o passado de um abismo quase pré-histórico ou, se assim quisermos dizer, que recua para o abismo de um futuro pré-histórico: um “regresso ao futuro” sem futuro, nem passado. E o futuro da Europa passa pelo seu passado e pela esperança que a história desse passado sempre soube transmitir ao futuro. João Paulo II dizia: “A história do continente europeu está marcada pelo influxo vivificante do Evangelho”<sup>18</sup>.

Como poderá, pois, um cristão aprovar um tratado que recusou o reconhecimento dessas marcas perenes e indeléveis do Evangelho? Deverá fazê-lo, mesmo que essa recusa colida com outros interesses, de vária natureza e até de utilidade questionável?

Na sua primeira audiência geral, recordando que, na famosa “Regra”, S. Bento recomendava aos seus monges que nada antepusessem a Cristo, afirmou Bento XVI:

“Ao iniciar o meu serviço como sucessor de Pedro peço a S. Bento que nos ajude a manter firme a centralidade de Cristo na nossa existência. Que Ele esteja sempre nos nosso pensamentos e em todas as nossas actividades!”

Isto é válido para todos os quadrantes, mas é mais notório nas áreas políticas. Quantas vezes políticos, que se dizem cristãos, renegam ou ignoram os seus princípios em favor de negociações políticas, da estabilidade governativa, de interesses diversos, de contrapartidas, de posições mais cómodas, do ‘politicamente correcto’. Serão os valores cristãos negociáveis? Serão meros valores de circunstância? Poucos têm a coragem de assumir “a centralidade de Cristo na sua existência”, como dizia Bento XVI, e os que a têm são rotulados

<sup>18</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 108.

de fundamentalistas! Mas, como dizia o Cardeal Ratzinger, na homilia da missa solene *pro eligendo romano pontifice* na Basílica de S. Pedro, “ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo”. E podemos ainda citar o presidente do Senado italiano, Marcello Pera, na já referida lição que deu na Pontifícia Universidade Lateranense, a 12 de Maio de 2004, por ocasião dos 150 anos da fundação da Faculdade de Direito Civil:

Na era do relativismo triunfante e da apostasia silenciosa, a verdade já não existe, a missão da verdade é considerada fundamentalismo e a própria afirmação da verdade causa medo e suscita receios.

O Cardeal Ratzinger soube sempre ter sempre a ousadia e a coragem de assumir a defesa dos princípios da fé – ele que, enquanto Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, era o “*conservador-mor*”, o guardião desse património espiritual<sup>19</sup> –, correndo muitas vezes o risco de ser rotulado de intransigente ou de fundamentalista.

O fomento dessa coragem de enfrentar publicamente situações política ou socialmente incómodas foi justamente um dos incentivos que João Paulo II nos legou:

Olha [Igreja de Cristo que vives na Europa] para a Europa e o seu caminho com a simpatia de quem aprecia todo o elemento positivo, mas conjuntamente sem fechar os olhos sobre o que há de incoerente com o Evangelho, denunciando-o com vigor<sup>20</sup>.

Tal como Paulo VI, ao nomear S. Bento padroeiro da Europa, estava bem ciente de que o Velho Continente era o motor do mundo – uma guerra na Europa facilmente se propaga a todo do orbe –, a mesma clarividência se encontra também presente em João Paulo II e em Bento XVI, pois a posição dominante (económica, industrial, cultural...) da Europa e a tentação constante de os países do chamado “terceiro mundo” imitarem o “primeiro” para o bem e, sobretudo, para o mal exige, no momento actual, que o Sumo Pontífice invista, de modo particular, na Europa, antes que os relativismos e os maus exemplos de uma tirania laicista e jacobina afectem ou ponham em causa os valores cristãos nos outros continentes.

---

<sup>19</sup> Ao ser qualificado de “conservador”, o Cardeal Ratzinger costumava sentir-se lisonjeado, valorizando o sentido etimológico da palavra: “aquele que conserva a mensagem evangélica que lhe foi transmitida”.

<sup>20</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 104.

João Paulo II, como afirmámos, explicitou este alerta:

As Igrejas doutros continentes, sobretudo da Ásia e da África, têm os olhos postos ainda nas Igrejas da Europa, esperando que elas continuem a cumprir a sua vocação missionária. Os cristãos na Europa não podem falhar à sua história<sup>21</sup>.

A facilidade com que as tendências europeias facilmente alastram a grande parte dos países do terceiro mundo e a outros, que nem são europeus, nem terceiomundistas, resulta do facto de os primeiros terem sido os colonizadores dos segundos:

Na realidade, a Europa não é um território fechado ou isolado; construiu-se partindo, para além dos mares, ao encontro de outros povos, outras culturas, outras civilizações<sup>22</sup>.

Mais uma vez, Bento XVI acaba por dar ênfase a esta preocupação ao optar pelo nome do padroeiro da Europa.

Só podemos conjecturar sobre qual será o verdadeiro programa do seu pontificado, mas a problemática do reconhecimento dos fundamentos cristãos da Europa, associada à Nova Evangelização, é seguramente uma das suas prioridades. As últimas intervenções públicas do Cardeal Ratzinger (a meditação na Via Sacra de Sexta-feira Santa e a homilia da missa *Pro eligendo Pontifice*) e as primeiras do Papa Bento XVI (a mensagem no final da concelebração com os cardeais, no dia 20 de Abril, e a homilia durante a missa que marcou o início do ministério petrino, no dia 24 de Abril) poderão fornecer-nos indícios sobre as estratégias que Bento XVI irá eleger como prioritárias, ainda que não tenha passado despercebido a todos os observadores que houve uma alteração notória no tom das duas primeiras para o das duas últimas.

A meditação de Sexta-feira Santa faz emergir a formação agostiniana de Ratzinger:

“Mas, olhando a história mais recente, podemos também pensar como a cristandade, cansada da fé, abandonou o Senhor: as grandes ideologias, com a banalização do homem que já não crê em nada e se deixa simplesmente ir à deriva, construíram um novo paganismo, um paganismo pior que o antigo, o qual, desejoso de marginalizar definitivamente Deus, acabou por perder o homem. Eis o homem que jaz no pó”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 64.

<sup>22</sup> João Paulo II, *Carta ao Cardeal Miloslav Vlk, Presidente do Conselho das Conferências Episcopais Europeias* (16 de Outubro de 2000), 7: *Insegnamenti*, XXIII/2 (2000), 628, citada na Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 111(28.06.2003).

<sup>23</sup> Meditação sobre a sétima estação da *Via Crucis*.

Mais adiante acrescenta:

E que dizer da terceira queda de Jesus sob o peso da cruz? Pode talvez fazer-nos pensar na queda do homem em geral, no afastamento de muitos de Cristo, caminhando à deriva para um secularismo sem Deus. Mas não deveríamos pensar também em tudo quanto Cristo tem sofrido na sua própria Igreja? Quantas vezes se abusa do Santíssimo Sacramento da sua presença, em que vazio e maldade de coração muitas vezes Ele entra! Quantas vezes celebramos apenas nós próprios, sem nos apercebermos sequer d'Ele! Quantas vezes a sua palavra é deturpada e abusada! Quão pouca fé existe em tantas teorias, quantas palavras vazias! Quanta imundície há na Igreja, e precisamente entre aqueles que, no sacerdócio, deveriam pertencer completamente a Ele! Quanta soberba, quanta auto-suficiência! Respeitamos tão pouco o sacramento da reconciliação, onde Ele está à nossa espera para nos reerguer das nossas quedas!<sup>24</sup>.

Estas reflexões pessimistas são retomadas na homilia *Pro eligendo Pontifice* ao glosar um passo da carta de São Paulo aos Efésios:

...deveríamos, segundo o texto grego, falar da “medida da plenitude de Cristo”, que somos chamados a alcançar para sermos realmente adultos na fé. Não deveríamos permanecer crianças na fé, em estado de menoridade. Em que consiste ser crianças na Fé? Responde São Paulo: significa ser “batidos pelas ondas e levados por qualquer vento da doutrina...” (*Ef* 4, 14). Uma descrição muito actual!

Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decénios, quantas correntes ideológicas, quantas modas do pensamento... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas, lançada de um extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até à libertinagem, ao colectivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. [...] Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo. Enquanto o relativismo, isto é, deixar-se levar “aqui e além por qualquer vento de doutrina”, aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades.

Dois dias mais tarde, depois de ter sido eleito Pontífice, o tom muda substancialmente e torna-se mais universal, mais aberto e ecuménico. Pede aos bispos e cardeais o apoio da oração e da sua “activa e sábia colaboração”, donde se depreende uma clara aposta em ampliar a colegialidade.

Nesta primeira intervenção não deixa de sublinhar, com determinação e de forma inequívoca e categórica, o seu empenho em dar continuidade à actualização do Concílio Vaticano II.

Mais adiante faz referência a outro “empenho primário” – o ecumenismo:

[...] o actual Sucessor assume como compromisso primário o de trabalhar sem poupar energias na reconstituição da plena e visível unidade de todos os seguidores de Cristo. Esta é a sua ambição, este é o seu impelente dever. Ele está consciente de que para isto não são suficientes as manifestações de bons sentimentos. São necessários gestos concretos que entrem nos corações e despertem as consciências, enternecendo cada um àquela conversão interior que é o pressuposto de qualquer progresso pelo caminho do ecumenismo. [...]

O actual Sucessor de Pedro deixa-se interpelar em primeira pessoa por esta exigência e está disposto a fazer tudo o que estiver em seu poder para promover a fundamental causa do ecumenismo. No seguimento dos seus Predecessores, ele está plenamente determinado a cultivar todas as iniciativas que possam parecer oportunas para promover os contactos e o entendimento com os representantes das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais.

Bento XVI afirma ainda dar continuidade à preocupação do diálogo inter-religioso.

Na homilia da missa que marcou oficialmente o início do seu pontificado, a 24 de Abril, o Papa define, em traços muito gerais, em que consiste o programa do seu pontificado:

O meu verdadeiro programa de governo é não fazer a minha vontade, não perseguir ideias minhas, pondo-me contudo à escuta, com a Igreja inteira, da palavra e da vontade do Senhor e deixar-me guiar por Ele, de forma que seja Ele mesmo quem guia a Igreja nesta hora da nossa história.

Ao explicar a simbologia dos símbolos de entronização do ministério petrino (o púlpito e o anel) comenta o significado do anel da seguinte forma:

Também hoje é dito à Igreja e aos sucessores dos apóstolos que se façam ao largo no mar da História e que lancem as redes, para conquistar os homens para o Evangelho para Deus, para Cristo, para a verdadeira vida.

O anel, símbolo mais forte da sucessão de Pedro, instiga-o, portanto, a regressar às origens, à evangelização beneditina da Europa, em duas palavras, à “Nova Evangelização”.

Bento XVI termina a sua intervenção com uma invocação de carácter ecuménico dirigida ao Senhor:

Faz com que sejam um só pastor e um só rebanho! Não permitas que a tua rede se rompa e ajuda-nos a ser servos da unidade!

Concluindo, o ministério de Bento XVI pautar-se-á pelas seguintes prioridades programáticas:

- Fomento de uma maior colegialidade na condução dos destinos da Igreja e da elaboração e aplicação das estratégias pastorais.
- Implementação e/ou actualização do Concílio Vaticano II.
- Recuperação do sentido de missão evangélica, em função de uma vasta (re)conversão promovida pela “Nova Evangelização”.
- Prossecução do diálogo ecuménico.
- Reforço do diálogo inter-religioso e do encontro entre civilizações, única forma de evitar a guerra e o terrorismo.

O forte timbre ecuménico, que Bento XVI nos promete para a sua acção pastoral, está também profundamente relacionado com a Europa e com a escolha do nome pontifício. Esta múltipla inter-relação insere-se, por sua vez, na continuidade do pontificado de João Paulo II.

É que Bento XVI, ao justificar o nome de Bento, menciona todos os outros padroeiros do nosso continente e começa por referir os santos eslavos: “[S. Bento] padroeiro da Europa juntamente com os santos Cirilo e Metódio [...]”. Esta referência associa, por si só, a questão europeia ao ecumenismo e conjuga estas duas prioridades com as do pontificado de João Paulo II, pois este Papa proclamou, em 1980, pela carta apostólica *Egregiae virtutis*, os santos Cirilo e Metódio patronos da Europa. Além disso, na encíclica *Slavorum apostoli*, publicada em 1985, o Papa polaco define estes dois santos orientais do séc. IX como “precursores do ecumenismo”, uma vez que ambos souberam manter a dupla fidelidade a Roma e a Constantinopla numa época em que o dissídio se agudizava.

Não esqueçamos que a questão das raízes cristãs da Europa estabelece fortes dinâmicas no plano ecuménico, uma vertente que João Paulo II logo definiu como “um dos grandes dons do Espírito Santo para um continente, a Europa, que deu origem às graves divisões entre os cristãos no segundo milénio e sofre ainda muito com as consequências das mesmas”<sup>25</sup>. Por outras palavras, a (des)união dos Cristãos na Europa reflectiu-se no resto do mundo. Cabe, pois, à Europa reconquistar a união perdida. Não está apenas em causa a união geográfica, comercial, económica, política... Ainda que se trate de domínios importantes por serem promotores activos da paz, da justiça, da equidade na repartição dos bens terrenos<sup>26</sup> e da solidariedade, o conceito de união é indissociável

<sup>25</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 17.

<sup>26</sup> Este é um primeiro passo para harmonizar os desequilíbrios a nível europeu, sensibilizando, desta forma, a Europa para a necessidade de se aplicarem os mesmos princípios aos países mais necessitados do resto do mundo. Trata-se de uma temática muito querida a João Paulo II, em que Leão XIII foi doutrinarmente pioneiro e inovador, que foi retomada pelo



do primado dos grandes valores evangélicos, presentes em todas as Igrejas e comunidades cristãs e pelos quais estas se regem. Ora, numa Europa que se abre cada vez mais aos países do Leste, os valores cristãos constituem uma herança “comunitária” essencial para o reconhecimento de um indispensável sentido de unidade. João Paulo II evocou por variadíssimas vezes esse papel histórico do Cristianismo:

Certamente não se pode pôr em dúvida que a fé cristã pertence, de modo radical e determinante, aos fundamentos da cultura europeia. De facto, o Cristianismo deu forma à Europa, imprimindo-lhe alguns valores fundamentais. Mesmo a modernidade europeia, que deu ao mundo o ideal democrático e os direitos humanos, recebe os seus próprios valores da herança cristã. A Europa é qualificada, não tanto pelo espaço geográfico, como sobretudo por um conceito prevalentemente cultural e histórico, que caracteriza uma realidade nascida como continente em virtude também da força unificadora do Cristianismo, que soube integrar entre si povos e culturas diversas e está intimamente ligado a toda a cultura europeia.<sup>27</sup>

O *instrumentum laboris* da II Assembleia Especial para a Europa do Sínodo dos Bispos (1999) já equacionava esta problemática da seguinte forma:

Não há dúvida, de facto, de que a Europa e a cultura europeia tenham crescido a partir de muitas raízes. E, todavia, ninguém pode duvidar de que a fé cristã pertence, de forma radical e determinante, aos fundamentos da identidade europeia, ou seja, pode-se dizer que o Cristianismo deu forma à Europa imprimindo-lhe alguns valores fundamentais como: a fé num Deus transcendente, que entrou por amor na vida dos homens; o conceito novo e central da pessoa humana e da sua dignidade, a ponto de se poder dizer que o núcleo ético da pessoa humana constitui a referência primária e o princípio de distinção da identidade europeia; a fraternidade entre os homens, enquanto princípio de convivência solidária na diversidade dos homens e dos povos.

João Paulo II desafiou, por diversas vezes, a emergência da antiga união cristã das profundezas mais remotas das brumas da História do Cristianismo, solicitando a colaboração de *todos* os cristãos em prol desses valores. Por exemplo, na encíclica *Evangelium vitae*, de 1995, o Papa apela aos cristãos que se unam em torno da defesa e promoção da vida humana. Na carta apostólica *Tertio millennio adveniente*(1994), o Papa considera o “ecumenismo dos santos

---

Concílio Vaticano II e explanada e aprofundada por João Paulo II na encíclica *Centesimus annus* (1991), na carta apostólica *Tertio millennio adveniente* (1994), na encíclica *Evangelium vitae* (1995) e na carta apostólica *Novo millennio ineunte* (2001).

<sup>27</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 108.

e dos mártires” um património comum a católicos, ortodoxos e anglicanos. Se a Europa provocou dissídios entre os Cristãos, a questionação dos valores e do património cristão pode servir de factor de ligação e até de união entre as diversas correntes cristãs. Por outro lado, a partilha dos mesmos princípios cristãos reforçará a coesão da Europa política e permitirá zelar melhor por uma Europa qualitativamente mais forte e e mais justa no plano económico e social.

Portanto, a coesão europeia não deverá, nem poderá estabelecer-se exclusivamente no plano económico, social, político, administrativo e legislativo. A Europa deverá procurar identificar as características e os traços distintivos e inalienáveis que lhe conferem unidade e, sobretudo, uma identidade cultural inconfundível. A harmonia ecuménica entre as principais religiões cristãs permitirá haurir do legado cristão os valores universais e de cariz verdadeiramente supranacional, que, contrariamente aos interesses económicos e políticos, permitem, de facto, ultrapassar as barreiras nacionalistas<sup>28</sup>.

É difícil encontrar a unidade na diversidade. A crise que a União Europeia atravessa, e que se começou a evidenciar já nas negociações do tratado de Nice, é um reflexo de como há fronteiras que são intransponíveis. Uma união cristã permitirá fomentar uma riqueza de princípios e de sentimentos – começando pelos de partilha e de solidariedade de que a Europa está muito carente no momento actual – propiciadores de fortes vínculos de coesão sócio-cultural<sup>29</sup>.

Efectivamente, a falta de solidariedade *na* Europa é notória não apenas a nível interpessoal, mas também no plano internacional, com reflexos imediatos

---

<sup>28</sup> Partindo do princípio de que os nossos irmãos ortodoxos conseguem alcançar maior coesão libertando-se da autocefalia institucional ou do policentrismo hierárquico, que não só restringe o sentido de unidade, mas também privilegia a dimensão nacional das Igrejas e uma relação mais íntima com o Estado, condicionando, por um lado, a sua liberdade de acção e propiciando, por outro lado, indisfarçáveis tentações políticas, como o cesaropapismo.

<sup>29</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 8:

A par do aumento do individualismo, nota-se um *enfraquecimento progressivo da solidariedade* interpessoal: se as instituições de assistência continuam a desempenhar um louvável trabalho, observa-se uma atenuação no sentido da solidariedade, pelo que muitas pessoas, embora não lhes falte o necessário a nível material, sentem-se mais sós, deixadas à mercê de si mesmas, sem redes de apoio afectivo.

Basicamente, a solidariedade é um reflexo dos valores da caridade cristã, como reafirma João Paulo II (Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 85):

[...] a Igreja confirma-se como tal quando as pessoas, as famílias e as comunidades vivem intensamente o Evangelho da caridade. Por outras palavras, as nossas *comunidades eclesiais* são chamadas a ser verdadeiras *escolas de comunhão*.

Por sua própria natureza, o testemunho da caridade deve estender-se para além das fronteiras da comunidade eclesial, envolvendo toda a pessoa, de tal modo que *o amor por todos os homens* se torne *estímulo de autêntica solidariedade em toda a vida social*. Quando a Igreja serve a caridade, simultaneamente faz crescer a «cultura da solidariedade», concorrendo assim para dar nova vida aos valores universais da convivência humana.

Nesta perspectiva, é preciso *redescobrir o sentido autêntico do voluntariado cristão...*

em cada indivíduo do espaço europeu, “marginalizando os mais débeis e aumentando o número de pobres”. Por sua vez, o crescente egoísmo e a conseqüente redução da solidariedade *na* Europa corre o risco de se fazer repercutir igualmente na falta de solidariedade *da* Europa relativamente aos países não-comunitários. Daí que João Paulo II preconize “uma nova cultura da solidariedade”:

[a Europa] deve ser um *continente aberto e acolhedor*, continuando a realizar, na globalização actual, formas de cooperação não só económica mas também social e cultural<sup>30</sup>.

Uma das fortes expressões introduzidas por João Paulo II foi justamente a da “globalização da solidariedade”:

[...] a Europa deve *participar activamente na promoção e realização duma globalização “na” solidariedade*. Esta supõe, como sua condição, uma espécie de *globalização “da” solidariedade* e valores anexos da equidade, justiça e liberdade, na firme convicção de que o mercado requer que seja oportunamente controlado pelas forças sociais e do Estado, de modo a garantir a satisfação das exigências fundamentais de toda a sociedade<sup>31</sup>.

Lembremos que o Cristianismo é universal, desconhece fronteiras. Um espírito ecuménico mais profundo fortalecerá os laços de união entre os diversos membros de uma comunidade por muito abrangente que ela seja. É esse o espírito de Taizé, por exemplo, é esse o ideal que anima habitualmente as Jornadas Mundiais da Juventude e demais encontros religiosos internacionais: as fronteiras desaparecem; resta apenas o ser humano, na sua simplicidade e em união fraterna com os outros, na plenitude de um verdadeiro espírito católico, no sentido etimológico do termo, e, por conseguinte, livre dos habituais egoísmos que, transpostos para um nível internacional, bloqueiam o funcionamento das instituições.

A valorização das raízes cristãs por via da implementação de um maior dinamismo ecuménico reforçará o sentimento de pertença a uma comunidade. Como dizia o Papa João Paulo II, “o Cristianismo foi no nosso continente um factor primário de unidade entre os povos e as culturas e de promoção integral do homem e dos seus direitos”<sup>32</sup>. É a ausência deste sentimento que predomina actualmente na Europa. O homem europeu deixou para trás uma dimensão

---

<sup>30</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 111.

<sup>31</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 112.

<sup>32</sup> Na homilia durante a Missa de encerramento da II Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Europa (23.10.1999).

política, social, económica geograficamente circunscrita e viu-se lançado num mar vasto ou, melhor dito, num vácuo, porque vazio de pontos de referência, onde confluem um sem número de características em que não se reconhece. As poucas referências que aí lhe serviam de orientação diluem-se numa dispersão caótica, disforme, descaracterizada e instável.

Esta perda de valores lança o homem na busca de princípios que ele constitui para si ou adapta segundo critérios subjectivos. E aí estamos no âmbito dos relativismos, retomados e tão bem definidos pelo Cardeal Ratzinger na homilia da missa solene *pro eligendo romano pontifice* na Basílica de S. Pedro, a que já fizemos alusão<sup>33</sup>:

Sem Deus, o homem está exposto ao arbítrio do poder ou dos interesses. No primeiro caso, estão criadas as condições para emergirem os regimes totalitários. Na segunda situação, predomina a globalização – não a do bem-estar, do progresso e da riqueza, como seria de esperar, mas a da escravatura, da exploração do homem, dos recursos humanos e naturais dos países mais pobres, como João Paulo II também salientou:

Na visão de tantos, a globalização em curso, em vez de apontar para uma maior unidade do género humano, arrisca-se a seguir uma lógica que marginaliza os mais débeis e aumenta o número dos pobres da terra<sup>34</sup>.

Recordemos que, se, no primeiro caso, João Paulo II foi peremptório em condenar o totalitarismo, designadamente o socialismo comunista, não deixou de censurar, no segundo caso, designadamente na encíclica *Sollicitudo rei socialis*, em 1987, o capitalismo desenfreado, o consumismo e a acumulação de bens. A queda do muro de Berlim criou um sistema único, em substituição daqueles dois – o socialismo e o capitalismo: o neoliberalismo, a nova realidade com a qual o novo Papa terá que lidar.

A este desconcerto, a esta pobreza de ideais e ausência de discernimento acresce a falta de esperança. A segunda Assembleia Especial para a Europa do Sínodo dos Bispos de 1999, que tinha como tema “*Jesus Cristo vivo na sua Igreja, fonte de esperança para a Europa*”, insistiu com vigor no modo como o Cristianismo pode oferecer ao continente europeu um determinante e substancial contributo de renovação e de esperança,

<sup>33</sup> Recordemos o passo em causa:

...o relativismo, isto é, deixar-se levar “aqui e além por qualquer vento de doutrina”, aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades.

<sup>34</sup> Cf. Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 8.

Na sua Exortação Apostólica “*Ecclesia in Europa*”, o Papa João Paulo II traça com realismo a provação por que passam as Igrejas na Europa e que ele resume nestas poucas palavras: o ofuscamento da esperança. Relembremos alguns passos:

os nossos dias (...) apresentam-se como um tempo de crise. Muitos homens e mulheres parecem desorientados, incertos, sem esperança; e não poucos cristãos partilham estes estados de alma.

Boa parte desta situação atribui-a o Pontífice polaco à erradicação do legado cristão dos fundamentos culturais da Europa:

De entre muitos aspectos, amplamente citados também durante o Sínodo, quero recordar a *crise da memória e herança cristãs*, acompanhada por uma espécie de agnosticismo prático e indiferentismo religioso, fazendo com que muitos europeus dêem a impressão de viver sem substrato espiritual e como herdeiros que delapidaram o património que lhes foi entregue pela história.

(...) Esta crise da memória cristã é acompanhada por uma espécie de *medo de enfrentar o futuro*. A imagem que se forma do amanhã, aparece muitas vezes vaga e incerta. Do futuro, sente-se mais medo que desejo. Sinais preocupantes disto mesmo são, entre outros, o vazio interior, que oprime muitas pessoas, e a perda do significado da vida.

(...) Na raiz da crise da esperança, está a *tentativa de fazer prevalecer uma antropologia sem Deus e sem Cristo*. “(...) O ter esquecido Deus levou a abandonar o homem”, pelo que “não admira que, neste contexto, se tenha aberto amplo espaço ao livre desenvolvimento do niilismo no campo filosófico, do relativismo no campo gnoseológico e moral, do pragmatismo e também do hedonismo cínico na configuração da vida quotidiana”. A cultura europeia dá a impressão de uma “apostasia silenciosa” por parte do homem saciado, que vive como se Deus não existisse.

Neste horizonte, ganham corpo as tentativas, verificadas ainda recentemente, de apresentar a cultura europeia prescindindo do contributo do cristianismo que marcou o seu desenvolvimento histórico e a sua difusão universal. Estamos perante o aparecimento duma *nova cultura*, influenciada em larga escala pelos média, com características e conteúdos frequentemente contrários ao Evangelho e à dignidade da pessoa humana. Também faz parte de tal cultura um agnosticismo religioso cada vez mais generalizado, conexo com um relativismo moral e jurídico mais profundo que tem as suas raízes na crise da verdade do homem como fundamento dos direitos inalienáveis de cada um. Os sinais da diminuição da esperança manifestam-se às vezes através de formas preocupantes daquilo que se pode chamar uma “cultura de morte”.

Os jovens são as primeiras vítimas deste desnorte, desta falta de esperança. Daí que uma das prioridades de João Paulo II fosse a juventude. Bento XVI, que não deixou de lhes fazer uma referência especial na primeira men-

sagem de 20 de Abril, no final da concelebração eucarística com os cardeais eleitores, na Capela Sistina, promete dar continuidade a esta preocupação, pois não deixa de ser significativo (e repleto de profundo simbolismo) que a primeira saída internacional de Bento XVI seja a deslocação a Colónia às Jornadas Mundiais da Juventude, um testemunho que recebe directamente das mãos de João Paulo II, que as havia agendado.

A Igreja (no seu conceito mais abrangente) tem responsabilidades na procura de uma solução de esperança – quanto mais não seja, para confirmar, como Bento XVI fez questão de repetir na homilia da missa do início do seu ministério petrino, que “A Igreja é viva” –, uma solução de esperança sobretudo para os mais jovens, mas também para aqueles que já perderam a sua fé, a deixaram esfriar ou foram apanhados nas malhas da rotina e da banalização ou secularização da vivência dos valores evangélicos, i. e. no tal “novo paganismo”, a que Cardeal Ratzinger fez alusão nas meditações da *Via Crucis* de 2005.

Karol Wojtyła e Joseph Ratzinger atravessaram épocas de grande provação, de falta de esperança. Poucos como os católicos polacos e alemães experimentaram verdadeiramente a dura realidade das atrocidades e perseguições nazis, o clima de grande hostilidade em relação à Igreja católica. O exemplo do santo Padre Kolbe é elucidativo. O jovem Karol Wojtyła deu guarida e salvou alguns judeus que conseguiram escapar-se de Auschwitz. Joseph Ratzinger bem se lembrava de ter visto o seu pároco a ser açoitado pelos nazis antes da celebração eucarística. Desnecessário, pois, será dizer que foi a esperança que lhes deu ânimo para superarem períodos tão difíceis para a Europa.

Se a Igreja tem responsabilidades na procura de uma solução de esperança para a Europa dos tempos modernos, é com plena autoridade que João Paulo II nos interpela a nós, europeus, na sua já muito citada Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*:

A Europa precisa de fazer um salto qualitativo na *tomada de consciência da sua herança espiritual*. O estímulo para isso só lhe pode vir de uma *nova escuta* do Evangelho de Cristo. Compete a todos os cristãos empenharem-se para satisfazer esta fome e sede de vida.

[...]

Com a autoridade que lhe advém do seu Senhor, a Igreja repete à Europa de hoje: Europa do terceiro milénio, “*não deixes cair os teus braços*” (Sof 3, 16); não cedas ao desânimo, não te resignes com as formas de pensar e de viver que não têm futuro, porque não assentam na sólida certeza da Palavra de Deus».

Retomando este convite à esperança, repito também hoje a ti, *Europa*, que estás no início do terceiro milénio: «*Volta a encontrar-te. Sê tu mesma. Descobre as tuas origens. Reaviva as tuas raízes*». No decurso dos séculos, recebeste o tesouro da fé cristã. Este funda a tua vida social sobre os princípios tirados do Evangelho e divisam-se os seus traços nas artes, na literatura, no pensamento e na cultura das tuas nações. Mas esta herança não pertence só ao passado; é um

projecto para o futuro que deve ser transmitido às novas gerações, porque constitui a matriz da vida das pessoas e dos povos que forjaram unidos o continente europeu<sup>35</sup>.

Bento XVI, com a escolha do seu nome, mantém viva esta interpelação, dá continuidade, em níveis prioritários, ao projecto da Nova Evangelização.

De facto, nos tempos actuais, o receio de cair no vazio gera insegurança e, para a ultrapassar, o homem europeu refugia-se nas referências predominantemente geográficas do seu espaço de origem, abrindo, assim, as portas aos nacionalismos. Isso não significa que a especificidade nacional deva ser desvalorizada. O *instrumentum laboris* da II Assembleia Especial para a Europa do Sínodo dos Bispos salientava isso mesmo: “as diferenças nacionais devem ser mantidas e cultivadas como fundamento da solidariedade europeia e, por outro lado, a própria identidade nacional só se realiza na abertura aos outros povos e através da solidariedade com eles”.

O ecumenismo, que os padres sinodais da II Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Europa consideravam já por si um motivo de grande esperança para a Igreja<sup>36</sup>, libertará o homem do seu espaço geográfico, incutindo nele a transcendência do universalismo cristão, e contribuirá certamente para corrigir a desorientação que se vive e preencher o vazio de valores, de objectivos, que assola a Europa, permitindo uma reevangelização e uma nova evangelização mais inflamada e, por conseguinte, mais eficaz. O Papa João Paulo II dizia, no passo que citámos acima, que competia “a todos os cristãos empenharem-se para satisfazer esta fome e sede de vida”. Repare-se que ele não disse “todos os católicos”.

Assim se explica a prioridade que Bento XVI afirmou conceder no seu pontificado ao ecumenismo e como esta linha de acção se articula com a valorização das raízes cristãs e culturais da Europa, por um lado, e com a (nova) (re)evangelização do Velho Continente, por outro.

Bento XVI não deixou de invocar a ajuda da Mãe de Deus e de colocar o seu pontificado sob a protecção de Nossa Senhora. Também na devoção mariana o novo Pontífice segue as pisadas do seu antecessor. Bento XVI, o Papa da Europa, entrega-se a Maria, Rainha da Europa, rainha da Paz.

Para terminarmos esta análise da sintonia do actual Papa com a acção pastoral do seu antecessor, lembramos aqui a consagração da Europa à Mãe da

<sup>35</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa*, 120.

<sup>36</sup> As palavras exactas, citadas também por João Paulo II na sua Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Europa* (17) são as seguintes:

(...) o progresso no diálogo ecuménico, que tem o seu fundamento mais profundo no próprio Verbo de Deus, constitui um sinal de grande esperança para a Igreja actual: o crescimento da unidade entre os cristãos é efectivamente de mútuo enriquecimento para todos.

esperança na bela oração com que João Paulo II conclui a sua Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a Igreja na Europa, uma bela síntese das preocupações pastorais de Bento XVI – a Europa, o Ecumenismo, a Paz (que anda de braço dado com a justiça), a Evangelização e os Jovens:

Maria, Mãe da esperança,  
caminhai connosco!  
Ensinai-nos a anunciar o Deus vivo;  
ajudai-nos a dar testemunho de Jesus,  
o único Salvador;  
tornai-nos serviçais com o próximo,  
acolhedores com os necessitados,  
obreiros de justiça,  
construtores apaixonados  
dum mundo mais justo;  
intercedei por nós que agimos na história  
certos de que o desígnio do Pai se realizará.

Aurora dum mundo novo,  
mostrai-Vos Mãe da esperança e velai por nós!  
Velai pela Igreja na Europa:  
que ela seja transparência do Evangelho;  
seja autêntico espaço de comunhão;  
viva a sua missão  
de anunciar, celebrar e servir  
o Evangelho da esperança  
para a paz e a alegria de todos.

Rainha da paz,  
protegei a humanidade do terceiro milénio!  
Velai por todos os cristãos:  
que eles prossigam cheios de confiança  
no caminho da unidade,  
como fermento para a concórdia  
do continente.  
Velai pelos jovens,  
esperança do futuro:  
que eles respondam generosamente  
ao chamamento de Jesus.



Velai pelos responsáveis das nações:  
que eles se empenhem na construção  
duma casa comum,  
onde sejam respeitados a dignidade  
e o direito de cada um.  
Maria, dai-nos Jesus!  
Fazei que O sigamos e amemos!  
Ele é a esperança da Igreja,  
da Europa e da humanidade.  
Ele vive connosco, entre nós, na sua Igreja.  
Convosco dizemos:  
«Vem, Senhor Jesus» (Ap 22, 20)!  
Que a esperança da glória,  
por Ele infundida nos nossos corações,  
produza frutos de justiça e de paz!